

Nós e o ontem. O Dr. Paulo Freire referiu a importância de se estudar o conteúdo da realidade social, política e econômica, de um país dado, antes de qualquer ação ou de qualquer esforço educativo sério. Isto porque a educação pressupõe esse conhecimento da realidade sobre que ela vai basear o seu projeto de preparação de um fator: o homem, em função mesmo de uma modificação dessa realidade, considerada a partir de princípios, a partir de metas definidas. Sobretudo, numa situação como a brasileira, em que a educação tem uma função de promoção do fator homem para o desenvolvimento.

A análise dos problemas da realidade política, social, econômica, se impõe, ainda mais, como uma análise que se vá fornecer ao educador aqueles elementos que darão, a partir mesmo de um curso de alfabetização, no sentido de, ao mesmo tempo, dar que ao aluno o instrumento escrito, ou instrumento leitura, dar também essa visão da realidade social em que ele vai se inserir essa visão do processo da sociedade em que ele está sendo educado vai se situar. É isto, então, que justifica estas cinco aulas iniciais, que nós continuamos hoje, todas elas voltadas para a análise da realidade brasileira. Nós vamos tentar, hoje, no espaço de uma hora, uma análise o mais possível esquemática, o mais possível geral, da evolução da economia brasileira, mostrando os seus caminhos e mostrando o seu desenvolvimento, para, em seguida, pôr um problema mais complexo da economia brasileira atual, e os problemas particulares que a fase atual mais recente do desenvolvimento nacional traz consigo.

Essa análise da economia brasileira, evidentemente, pode ser feita a partir de vários caminhos metodológicos, a partir de várias visualizações. Qualquer objeto, em qualquer ciência, admite vários tratamentos de método, várias perspectivas podem ser abordadas.

Eu tenho a impressão que, antes de escolher uma perspectiva de análise, uma perspectiva de abordagem da economia brasileira, seria mais interessante. Numa aula que pretende ser de síntese e, portanto, geral, esquemática, ver esse objeto da economia brasileira em vários aspectos, dentro de várias perspectivas, para que não se esconda uma face dele em benefício de outra, para que a visão seja o mais possível cosmovisão, para que a análise seja o mais possível abrangente. É por isso então que, em lugar, de por exemplo escolher uma perspectiva para o bem exatamente histórico, geo-econômico, nós vamos, então, introduzir as várias perspectivas com a esperança de dar a vocês uma visão de vários anos.

Esclareço, então vários aspectos da mesma realidade.

Quais são os caminhos metodológicos que nós vamos seguir?

Evidentemente que há vários e nós escolhemos apenas três.

A primeira maneira de se abordar a economia do país, a economia nacional agora isolada do seu contexto, da economia internacional, economia barrada por fronteiras políticas, seria a análise geo-econômica, em que o fator se sobrepõe aos outros fatores da estrutura e da organização econômica nacional, o fator geografia, o fator recursos naturais, o fator terra. Porque a economia, como estudo da riqueza, e sobretudo, como estudo da riqueza em termos de quantidade, em termos de dinheiro, em termos de medidas matemáticas, pode ser analisada a partir de seus vários fatores.

Nós podemos dar ênfase ao fator homem, ao fator trabalho, ao fator esforço produtivo, ao fator atividade. Nós podemos dar ênfase aos recursos naturais, ao fator, portanto, terra, ao fator geográfico e podemos, então, neutra perspectiva, analisar o processo de uma evolução de uma economia agitada, o processo de evolução de uma economia nacional.

São essas, então, as três perspectivas que nós vamos abordar: a primeira, a geo-econômica; a segunda, a setorial; e a terceira, a propriamente histórica, ou a propriamente de evolução.

A partir de uma análise geo-econômica, considerado o fator recursos naturais, o fator geografia como eaminho de abordagem, nós podíamos ver que a economia brasileira pode se caracterizar em três grandes sistemas econômicos, mais ou menos homogêneos, dentro da área total do país.

Por sistema econômico, a gente entende aquêle confronto de relações ou de inter-relações que têm por objetos a utilização, a produção da riqueza. Todo o objeto de economia é a riqueza criada, a riqueza produzida, a riqueza material, os serviços; tôda aquela atividade humana, voltada para satisfação de necessidades. E o sistema é, então, essa inter-relação de todos êstes dados que compõem a atividade produtiva, e a atividade do homem. O primeiro grande sistema econômico-homogêneo ou relativamente homogêneo dentro do quadro da economia nacional seria, então, aquêle que nós denominamos o centro-sul do país. Observem que essa caracterização da região geo-econômica do país não corresponde à divisão tradicional das regiões do IBGE, por exemplo, que dá muita importância ao fator político ou puramente, apenas geográfico, sem estudar o problema das inter-comunicações econômicas que se processam.

O sistema centro-sul do país compreenderia, então o sul tradicional, isto é, o Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, os Estados da Guanabara, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, quase tôda Minas Gerais, com exceção de uma pequena parte do bloco se quizerem, para simplificar tôda a região de Minas Gerais e, cada vez mais integrante dentro do eixo-sul, os estados centrais do Mato-Grosso e de Goiás e o Distrito Federal de Brasília, portanto, tôda uma grande área do centro-sul do país.

Mato-Grosso e Goiás foram se integrando cada vez mais dentro do eixo econômico formado por São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, verdadeiro triângulo de nucleação, verdadeiro centro dinâmico da economia industrial brasileira. E essa integração de Mato-Grosso e de Goiás, em parte, é um efeito do deslocamento dos centros em decisão política do país, para o interior, é o efeito de Brasília.

Brasília significa, ao mesmo tempo, interiorização do país, e também integração ou esforço de integração de uma vasta área do centro do país, aos núcleos de decisão econômicos situados no litoral.

Portanto, a grosso modo, a gente pode considerar a região centro-sul do país como a região e como um sistema econômico mais integrado ou em processo rápido de integração. É fácil ver que essa região a do centro-sul é a mais importante do ponto de vista econômico, como também do ponto de vista demográfico.

Aí estão trinta e cinco milhões de habitantes, aí está o grande mercado consumidor do país, aí estão os mais altos níveis de vida e de renda, sobretudo na região que é o núcleo, que é o centro de decisão econômica em torno de São Paulo. Aí está, também, o núcleo industrial em desenvolvimento do país, que é atualmente o setor mais dinâmico, mais consciente de suas decisões da economia nacional.

O segundo grande sistema econômico dentro do quadro da economia brasileira, se é que é sistema, é do norte do país. Corresponde, em termos políticos, aos Estados do Acre, Amazonas e Pará e aos territórios da Rondônia, Rio Branco e Amapá, todo o grande norte.

Eu disse se é que é sistema, porque na realidade o Norte do Brasil é antes uma região a colonizar é uma espécie de vazio econômico do ponto de vista da exploração e riqueza. Isso porque o Norte se a gente considerar os fatores analisados há uma excessiva superação de um fator por outro. O fator terra é abundantíssimo; o fator homem, se rarefaz; o fator capital ainda mais de minimiza.

Portanto, numa região em que há desproporção de fatores muito grandes, em que a densidade populacional é mínima, há pròpriamente um vazio econômico e demográfico. A densidade das relações econômicas é mínima e a gente mede o grau de desenvolvimento de um sistema econômico pela quan

tidade de comunicações de vendas, de negócio, pelo volume das transações que se verificam.

Tanto mais adiantada é uma economia, mais o setor de comercialização, de comunicação entre as várias partes do sistema entre os vários sujeitos da atividade econômica é maior. E a gente poderia medir o grau de desenvolvimento de um país pelo volume dos seus negócios, pelo volume das suas transações a partir do nível da renda.

É por isso que mesmo considerando que a região do Norte tem uma renda média por habitantes maior do que a região do Grande-Nordeste, não se pode considerar o Norte como um sistema integrado. Falta-lhe densidade, falta-lhe profundidade nas relações e com exceção de dois centros políticos de âmbitos econômicos de importância gerados sobretudo em função da borracha, como são Manaus e Belém e com exceção de uma trilha de comunicações feita pelo sistema hidrográfico da região, a Amazônia antes é um problema de colonização do que propriamente de desenvolvimento. Se bem que colonização implique em desenvolvimento, mas, a distinção que eu faria, em colonizar implica em igualizar os fatores, o fator terra e o fator homem, isto é, colonizar significa povoar ao mesmo tempo que desenvolver. Desenvolver significa apenas dar ao homem uma região já povoada e às vezes uma região super-povoada como é o Nordeste em algumas de suas áreas, condições de melhoria do nível de renda, dos níveis de trabalho, dos níveis de vida.

Finalmente, a terceira grande área com grande sistema econômico do Brasil é o sistema Nordestino, chamada grande Nordeste. Compreende a Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão e uma área do Norte de Minas um pouco maior do que Sergipe.

Esse é o Nordeste da Sudene, é toda essa área oriental do país que tem jurisdição neste órgão de planificação da economia regional que é a Sudene. E é esse Nordeste que se considera hoje quando se põe o problema de desenvolvimento, os problemas de nível de vida, o problema de colonização, etc. Não corresponde, portanto, ao Nordeste tradicional, que não incluía Bahia e Sergipe.

Esta área já se pode considerar o sistema econômico. Com efeito, tem uma população em torno de 25 milhões de habitantes, tem uma densidade populacional bastante alta e tem um sistema de comunicação, de transporte, portanto de inter-relação econômica bastante para se considerar com a densidade de trocas suficientes para se tornar um sistema.

Essa seria uma das perspectivas de análises da economia brasileira. Nós poderíamos, a partir desta caracterização um sistema em áreas mais ou menos homogêneas, estudar os recursos naturais, humanos, estudar a atividade produtiva, o desenvolvimento do setor industrial, enfim, fazer análises o quanto possível, geo-econômica dessa região, diagnosticar os seus problemas, e, então, traçar as normas da política econômica.

É isso um pouco o que a gente vai fazer, em seguida, considerando, apenas, a região do Nordeste. Fica, portanto, pôsto aqui esse caminho que se poderia desenvolver no curso, com mais possibilidades de horário: a análise geo-econômica sobretudo da economia nacional.

Poderia, por aí, então, por exemplo, o problema dos desequilíbrios regionais, entre níveis de vida, entre até níveis de esperança, porque o nível de renda implicando, portanto, decisões sobre consumir, sobre comprar, vai até condicionar esperanças, condicionar até distinções entre o que se pode esperar a partir daí. O segundo modo de se analisar a economia nacional considerada seria a análise setorial dessa economia.

Análise geo - econômica

O que é que nós entendemos por setor? Setor é uma faixa de atividade produtiva. Nós podemos falar no setor agrícola da economia, por exemplo, ou no setor manufatureiro, considerando a atividade do homem como sujeito da economia, do homem criando riquezas ou do homem prestando serviços.

Há portanto, várias faixas de atividade humana dentro da organização estrutural de um sistema econômico. Há faixas de atividades industri-

ais há faixas de atividades pecuárias, de atividades extrativas de mineração. São esses os vários setores. Setores são faixas de atividade produtiva, de comercialização ou de transporte, ou de comunicações.

Veja, então, que a gente aqui não considera mais com prioridade o fator terra, fator recursos naturais, mas o fator atividade humana, por tanto o fator homem sujeito da economia.

Uma análise setorial da economia brasileira, como ela se apresenta, atualmente, como ela está em seu estado atual, apresenta a ocorrência de três grandes faixas de atividades econômicas, de três grandes setores da economia. O primeiro deles é o setor de exportação. É o setor tradicional da economia colonial.

O setor de exportação se caracteriza pela produção especializada de certos produtos, geralmente agrícolas, de larga aceitação nos mercados internacionais. É a produção para exportação, não para o consumo interno do país. Por exemplo, a economia do açúcar que surgiu no Brasil mesmo a partir do primeiro século de colônia, a partir do século XVI, é uma economia típica de exportação. Em face da procura internacional do açúcar, gera-se na colônia um sistema especializado de produção daquela mercadoria para vender ao exterior aos mercados de consumo.

A economia do café é uma economia de exportação, a do cacau, a extração de minérios pode ser uma economia de exportação e em certo sentido uma economia de esvaziamento dos recursos de uma economia nacional.

Veja então como se caracteriza a atividade de exportação. É uma economia voltada para fora: É uma economia que vai buscar no exterior a renda que vai beneficiá-la. É uma economia, então, que depende de procura externa, e depende do exterior para sobreviver.

No dia em que o mercado internacional do açúcar se saturasse em que houvesse uma superprodução, um excesso de produção do açúcar, poderia haver uma crise de consequências graves para uma economia do tipo colonial de exportação, que depende então de centros de decisões econômicas situados fora do país.

Quem comanda uma economia de exportação colonial, não é propriamente um país mas são centros que estão fora dele são os grandes centros de consumo, no caso do açúcar, a Europa, através de Lisboa, na época da Colônia, são eles que decidem sobre a sorte de uma economia colonial de exportação.

Empregamos o termo reflexo ou o termo dependente, é uma economia secundária, economias que não se põem em termos nacionais porque se voltam inteiramente para o exterior e vai depender, vai ser um reflexo de decisões, que não estão ao nosso alcance tomar, mas que são tomadas por outros.

Esse tipo de economia de exportação, reflexa, dependente, sujeita a decisões econômicas, sobre que nós temos jurisdição, é que vai, então, caracterizar a situação de economia colonial. E, por, a partir daí, todo o problema, e todas as implicações, do colonialismo, da dependência econômica. Quem vai decidir os preços de uma economia colonial, os termos do negócio, os fretes, e transportes, vai ser em última análise, a economia metropolitana, cabe à colônia, apenas produzir, responder aquelas exigências do consumo e se contentar a passar a ser um objeto de alguém que realmente decide sobre a sua sorte.

O Setor da economia de exportação, hoje, no Brasil, é um setor que ainda tem uma importância muito grande dentro desse complexo econômico nacional. Porque o que conseguimos com a venda de certos produtos agrícolas, na caso o café, que corresponde a quarenta e sete por cento de valor das nossas exportações, nós vamos comprar, fora aqueles produtos de que ainda necessitamos, aquelas máquinas, aqueles bens industriais manufaturados de que ainda precisamos.

O setor de exportação corresponde a um tipo de crescimento extensivo. A economia de exportação cresce, quando incorpora recursos naturais, recursos humanos, sobretudo recursos naturais, ao seu processo de expansão.

A economia colonial cresce por adição, cresce por soma, cresce extensivamente, ocupando terras, ocupando áreas. Quando as terras se esgotam, por exemplo, a economia de exportação abandona aquela faixa geográfica antes produtiva e caminha na medida em que o fator terra seja um fator abundante.

É por isso, então, que já se diz que a economia colonial de exportação é economia que antes devasta, do que, propriamente, cultiva, mesmo quando ela seja agrícola, é uma economia, portanto, que muita gente considera pedratória, e não de cultura; ou extrativa quase e não propriamente agrícola, no sentido de cultivar.

Quem estuda a geografia do café, no Brasil, vê que, no século XIX, a área de produção do café se situava no Rio de Janeiro (Estado do Rio de Janeiro), na região do Vale do Rio da Paraíba, quando as terras se esgotaram, por força de uma agricultura posta, em termos quase racionais, pelo menos, não racionais, as terras são abandonadas e seguem a marcha do café.

O café, então, vai se deslocando para o Rio de Janeiro, que foi o seu porto principal de exportação, vai para o Norte de São Paulo, em função do Vale do Paraíba.

Caminha por São Paulo durante a época de apogeu do café, no século XX, ocupa toda a larga faixa do planalto e vai abandonando as terras impenetráveis, e hoje se situa, sobretudo, na região norte do Paraná, já sendo hoje o Paraná o grande Estado produtor de café do Brasil, e não mais São Paulo, se bem que São Paulo detenha o capital, detenha o sistema bancário e detenha o porto de exportação.

Vejam então, como há um processo de devastação quase, quando o fator terra é abundante e barato, numa economia colonial. E hoje, as terras que antes eram terras do café, estão sendo ocupadas, sobretudo, pela cultura da cana de açúcar, numa tentativa de reaproveitamento de uma área quase que devastada, quase que consumida, pelo tipo mesmo, de evolução de uma economia colonial, em que o fator terra é abundante e em que se prescindiu de uma utilização racional e de recursos naturais.

A economia do açúcar adota um outro tipo de má utilização do fator terra desta vez escasso no nordeste porque o fator terra úmida, no nordeste, é na realidade um fator escasso. A faixa úmida do nordeste, é uma faixa litorânea que se encolhe para o Norte e cresce um pouco para o Sul, se estreita para o Norte.

Na economia do açúcar há uma má utilização das terras no sentido de se realizar uma espécie de rodízio que a linguagem já um tanto convencional chamou de rodízio, portanto, há um sistema de sub-utilização de um fator escasso na região, todo ele voltado para uma atividade monocultora que a gente sabe hoje que é em processo de decadência.

É esse, portanto, o esquema, da economia de exportação, da economia colonial, que condiciona toda a atividade do país faz do sistema de comunicação uma bacia de escoamento da riqueza nacional.

Se vocês estudarem o sistema rodoviário, ferroviário ou de comunicações do país, hoje vocês observam que nos vários núcleos da atividade econômica nacional, as estradas convergem canalizando, riquezas para um porto de exportação. Assim é em função do Recife por exemplo, assim é em função de São Paulo. É este o modo da economia colonial.

Se vocês estudarem os meios de comunicações de uma economia nacional avançada, por exemplo, a economia francesa. Vão ver que ela se integra dentro do país, em função de lucros e atividades produtivas.

O sistema é a integração entre várias partes, é o sistema de nação que volta para dentro dela, e não para fora, é um sistema de economia integrada em suas várias partes. E, se vocês analisassem, um plano rodoviário mais recente por exemplo, dentro do quadro da economia nacional, vocês iriam ver que, há agora, uma tentativa de integração de rodoviária de várias áreas do país, o que significa que a gente, hoje, já começa a viver um outro tipo de economia, que já começa a tentar a integração nacional, em função dos centros de decisão localizados no país e não em função do porto de exportação.

O plano rodoviário do Governo Kubistchek, por exemplo, toda a sua fantasia, é um plano de integração.

O segundo grande setor da atividade econômica brasileira vai ser o setor da economia agro-pecuária, ou setor da economia em que há uma faixa de predominância de atividade de subsistência; o que é uma economia de subsistência? A definição mais formal, mais técnica, diz que a economia de subsistência é aquela em que há uma identificação, em que há uma confluência, entre o consumo e a utilização comercial do produto.

Se vocês tomarem no Interior do Nordeste, orientar, pelo menos, onde nós estamos, a atividade do pequeno proprietário rural de uma região agrícola ou agro-pastoril, vocês vão observar que ele planta o seu cereal, o seu feijão, o seu milho, a sua mandioca, e quando colhe, guarda parte daquela produção para consumir e para plantar durante o ano, e comercializa, apenas, uma outra parte.

Isso é o que caracteriza a economia de subsistência, em termos atuais. É aquela em que o setor de comercialização se restringe porque se vende apenas uma parte do produto e guarda a outra para o consumo, há confluência entre o consumo e a utilização comercial do produto.

Economia pecuária do Nordeste, por exemplo, até bem pouco tempo, e de certo modo, ainda, hoje, é uma economia de subsistência. Vejam como na economia de subsistência o setor comercial é pequeno, o fluxo de renda, o fluxo de dinheiro é menor.

A dona de casa do interior, antes de comprar o pão, na padaria, vai fazer o seu pão em casa, os ovos ela já terá do seu quintal, e assim por diante. Há uma utilização dos recursos produzidos no seio da atividade familiar, da atividade doméstica. E o setor de compras, o setor de comercialização, é menor.

Já numa cidade grande do interior, a dona de casa talvez prefira ganhar o seu dinheiro como uma secretária, ou como professora, e com esse dinheiro ganho com o seu trabalho comprar o seu bôlo ou ovos, onde se venda. O setor de comercialização é portanto maior.

Nós podemos medir, também, o grau de adiantamento de uma economia, a partir dessa diferenciação entre aquilo que é comprado e aquilo que é utilizado do âmbito da economia doméstica. A economia de subsistência, dentro do quadro da economia brasileira, vai ocupar toda uma larga faixa de atividades agro pecuária em que se não predomina, pelo menos, ainda existe em grau suficiente, um seguimento de atividade de subsistência.

Finalmente, o terceiro setor da economia nacional e o mais importante do ponto de vista, do seu dinamismo, e do seu desenvolvimento, é o setor industrial. Também se poderia medir o grau de adiantamento de um sistema econômico, pelo grau de desenvolvimento do seu setor industrial e, sobretudo, daquela atividade industrial, de bens de capital, de máquinas, de maquinária pesada. O bem de capital é um bem reprodutivo. É um bem que funciona na criação de bens, de serviços. Um tear, numa fábrica de tecidos, é um bem de capital, é uma máquina no sentido técnico.

O setor industrial é, no Brasil, um setor de desenvolvimento recente, nós poderíamos datar a indústria brasileira de importância a partir da década dos trinta, mais ou menos, e que se desenvolve, sobretudo, em função de um mercado interno existente no sul, e gerado pela economia do café.

A indústria no Brasil, que é uma economia de transição, que é uma economia de passagem, e que é uma economia que assiste a mudanças realmente em profundidade, que assiste a mudanças qualitativas em sua estrutura. O setor industrial é um setor que se vale de uma substituição, de importações.

A indústria brasileira vai, gradativamente, substituindo aqueles bens que a gente antes comprava. Esse processo de substituição, de bens fabricados no país, por bens importados é ao mesmo tempo um processo de autonomia do sistema econômico nacional, um processo de individualização da economia nacional que pode e tem direito a se autonomizar e a se individualizar sobretudo em função da grande área geográfica que ocupa, área geográfica contínua, e do grande mercado interno potencial, pelo menos, de que dispõe em função da população que realmente tem.

O setor industrial portanto é um núcleo dinâmico da economia brasileira, é aquele para onde já pendem as decisões do país e aquele que de certo modo já habita a política econômica, e o setor industrial se faz em função do centro do país, em função de São Paulo e a partir daí está irradiando os seus fluxos de riquezas e de bens por toda a grande área geográfica do país.

Sobretudo através de caminhões e através de transportes terrestres é que o núcleo capitalista formado em São Paulo em função da indústria, em função da sua rede bancária, vai catalizando as riquezas do país para o núcleo de concentração lá localizado vai ao mesmo tempo em sentido

contrário irradiando bens manufaturados, aparelhos domésticos, automóveis, etc., que já se fabricam no país.

Seria esse outro tipo de análise, análise da economia brasileira do ponto de vista setorial. Cada um destes grandes setores admite diferenças, admite divisões, admite classificações. O setor agrícola a grosso modo poderia ser considerado a partir do setor pecuário. Dentro do pecuário as várias especializações da pecuária. Dentro do setor agrícola as várias fazes de produção, produção agrícola de tal cereal, de tal outro.

O setor industrial mereceria ainda mais análise, em faixas menores de atividades. O setor da indústria pesada, o setor da indústria de aparelhos domésticos e o setor da indústria automobilística. Essa análise setorial portanto poderia ser outra perspectiva a se desenvolver poderá ser uma perspectiva a que vocês desenvolvam estudos desta natureza.

O terceiro modo, pelo qual nós poderíamos considerar economia brasileira, seria a análise da sua formação histórica, análise do processo do seu desenvolvimento, a partir da economia colonial. Este, então, seria o tipo de análise o mais possível dinâmico, o mais possível fascológica, de uma economia que acompanhasse as suas diversas evoluções, o modo como se povoou o país, o modo com se criaram sistemas e atividades econômicas.

É esta a análise histórica, a formação histórica da economia nacional. Análise que iria esclarecer muita coisa acerca dos sentidos de certos episódios, de certos fatos históricos que acontecem e que o lastro de uma análise econômica, iria esclarecer, iria fornecer elementos de interpretação, iria dar luz à muita coisa obscura.

Do ponto de vista então histórico, poderíamos dizer rapidamente, para sintetizar, me parece, que este é o aspecto mais conhecido hoje, que o Brasil, como região conhecida da Europa, é o fruto do desenvolvimento do mercantilismo europeu.

Quando a Europa se constituiu em reinos, se unificou a partir da atomização que era o feudalismo e começou, então, a expandir as suas relações comerciais. Foi época do capital mercantil, foi época do grande desenvolvimento do comércio.

A economia colonial, em geral, e a economia brasileira e latina, se quiserem particularizar, são os frutos dessa expansão do universo econômico da Europa, na época do mercantilismo.

É a partir do sistema de evolução espiral da economia européia, em função do núcleo Espanha-Portugal, no século XVI, Holanda, um pouco, Inglaterra, depois.

É em função portanto, desse processo de expansão de negócios que vai aparecer que vai surgir, o Brasil, como economia interessante à Europa, como economia considerada pela Europa.

É esta a época dos grandes descobrimentos que são, na realidade, uma tentativa e uma procura de mercados, uma procura de produtos que fossem carreados, para o núcleo comercial mercantilista, em desenvolvimento na Europa.

Vocês observem que a primeira atividade do colonizador em qualquer parte aonde surge o fenômeno colonização, é o de diagnosticar as riquezas do país, é o de se informar, a partir da costa, naturalmente, sobre o que o país pode oferecer à Europa. É a América Latina, o México ou o Peru deram ouro e prata, o Brasil, na primeira fase, de detecção de suas riquezas, ofereceu, apenas, madeira, o pau tinta, o pau Brasil, comercializado, para tingir as fazendas produzidas na Europa.

A primeira atividade do colonizador, portanto, é uma atividade de extração, para e simplesmente. É uma atividade de quem se apodera de riquezas; a riqueza do pau brasil e, simplesmente, a transporta para a Europa. É tipicamente uma atividade comercial, e é por isso então que a empresa de colonização é, antes, uma empresa comercial na primeira fase do desenvolvimento, do que, propriamente, uma empresa que se estabeleça no país.

A primeira tentativa de estabelecimento efetivo na terra vai se dar justamente com os portugueses, no nordeste, em função da cana de açúcar. É o grande e o primeiro empreendimento agrícola-colonial, esse que nós assistimos no primeiro século de nossa história, da nossa história, no século XVI.

A economia de açúcar é aquela economia de exportação de que nós já demos as suas características, é aquela economia reflexa voltada para centros econômicos de decisão e de consumo, localizados fora do país.

Eu costumo fazer a análise da comercialização do açúcar, para explicar o fato da invasão holandesa. Se nós considerássemos, tentando reproduzir a situação geográfica mais ou menos das várias áreas do Brasil, aqui, Portugal adiante, Holanda e a Inglaterra lá em cima, vocês sabem que a riqueza do açúcar, gerada nos engenhos do nordeste, era transportada pelas caravelas dos portugueses, que, na primeira fase, detinham o monopólio da comercialização, para Portugal.

Mas o Portugal, no Século XVI e no Século XVII, sobretudo, que é o século de apogeu do açúcar no nordeste, Século em que a população livre da região atingirá a uma renda média em torno dos 350 dólares, em moeda atual, muito maior, portanto, do que a renda média considerada atual no nordeste, apenas em torno de 100 dólares.

Época, portanto, de apogeu muito grande do setor livre da economia açucareira, porque é notório, é sabido, que a economia açucareira é uma economia que se baseia no braço do escravo, é uma economia escravista, e o escravo, do ponto de vista econômico, é apenas, máquina, é apenas, fator trabalho, a que não corresponde uma remuneração e antes da remuneração corresponde apenas à alimentação que é o combustível natural da máquina.

Portanto, a economia do açúcar, sobretudo no Século XVII, fase do apogeu em torno de 1650, tem o seguinte esquema de comercialização: monopólio do transporte dos paes de açúcar, das caixas de açúcar, através das caravelas portuguesas, para Lisboa.

Portugal, porém, no Século XVII, não tinha condições de comercializar o açúcar na Europa, porque a faixa burguesa comercial portuguesa é muito restrita, então, Portugal é país que nunca teve uma burguesia empresarial, ou comercial, ou industrial, fato que se explica a partir do desenvolvimento econômico.

Portugal, então representava um reino um tanto achinelado, no sentido de ser um reino quase tentando substituir uma burguesia que não existia, um reino comercial, mas que não tinha em função dessa faixa de burguesia inexistente ou quase inexistente, em Portugal, não tinha condições de lançar na Europa, através de uma complexa rede de comercialização e, portanto, de inter-relações e trocas, de circulação de dinheiro e de capital, etc. Não tinha condições de levar para a Europa a riqueza acarreada do nordeste, o que faz então? Simplesmente, revende à Holanda que tinha uma burguesia comercial criada, sobretudo em função do povo judeu e que tinha, realmente, condições excelentes de comercializar com toda a Europa.

É, a Holanda, então, que lança o seu produto, o açúcar, do nordeste, para o mercado europeu. É a Holanda o grande distribuidor, o grande comercializador da riqueza colonial, principal produto do comércio internacional, do Século XVI.

Portugal é, apenas, um primeiro intermediário que disso auferia, naturalmente, lucros e inúmeras vezes nem desembarcava o açúcar em Lisboa, apenas passava pelo porto para pagar os impostos que eram cobrados.

É fácil, então, ver que a Holanda, como boa comerciante que era e que é, poderia pensar em eliminar, simplesmente, intermediário, portanto, em auferir lucros diretos, vindo buscar o açúcar no país. E foi o que a Holanda fez, no Século XVII, quando veio ocupar a área de produção de açúcar no Nordeste.

A Holanda, simplesmente, pôs Portugal fora do negócio e evitou que uma parte dos lucros da comercialização fôsse para as mãos dos portugueses.

As complexidades e os mecanismos políticos e rivalidades das coroas européias pode ter a sua importância, mas parece ser tido aqui, pelo menos, um fato acidentado. A Holanda, então, durante vinte e cinco ou trinta anos, fêz o sistema de comercialização direto e pôs Portugal fora da jogada. É este o esquema da comercialização do açúcar.

Quando os holandeses foram expulsos do nordeste, então, e com a experiência adquirida aqui, desenvolvem, nas Antilhas, em Cuba e no Haiti, sobretudo, uma economia do açúcar muito mais desenvolvida, com máquinas e engenhos mais modernos e com muito capital e com a vantagem de ter a Holanda, na Europa, condições excelentes de comercialização.

É a fase, é o começo da decadência da economia do açúcar. A economia do açúcar novamente em mão dos portugueses, com a concorrência de Cuba e do Haiti, mais próximas da Europa, vai entrar numa fase de relativa decadência e de relativa estagnação. Os centros de decisão comercial, produtiva estão fora do nosso alcance e se escalizam na metrópole.

O fato de economia colonial ser uma economia de conhecimento extensivo, faz com que quem analisa a história econômica do Brasil, veja que se sucedem no espaço, como no tempo os vários núcleos de desenvolvimento da economia colonial.

A economia é um tipo de conhecimento extensivo gerado em função do mercado internacional ou função de um acidente qualquer, assim foi por exemplo na fase da descoberta do ouro. É por isso, então, que a gente fala em ciclos na economia brasileira, ciclo do café, ou ciclo do açúcar, ou ciclo do ouro, ou ciclo do couro.

Por isso a economia colonial se organiza, não em função da necessidade de consumo, do país, assim em função de circunstâncias ocasionais ou de mercado internacional, ou da descoberta de recursos internos que interessam ao mercado internacional.

A economia do ouro é então, a economia tipicamente de exploração, não é economia agrícola de cultivo, e tem suas características muito marcantes. Enquanto existe ouro a economia se desenvolve de uma maneira enorme, os recursos, todos do país mal empregados do nordeste, se deslocam para Minas, e a economia do ouro assiste ainda de base escravista a um surto de desenvolvimento muito grande.

Porém uma vez que desaparece o ouro é um fato natural, por causa da própria limitação de recursos, a economia se desorganiza, inteiramente. O gráfico do desenvolvimento de uma economia agrícola seria assim, talvez, o gráfico do desenvolvimento na economia Mineira, ou de exploração, seria muito rápido como a decadência também muito rápida, quando o ouro hoje desaparecendo. O seu desenvolvimento é em função do ouro.

O esquema de comercialização é outra vez, tipicamente de subordinação. Portugal tem direito ao famoso Quinto, e carrega toda o excesso de produção gerado no sistema, para fora do país, trazia novamente Portugal, a Holanda não mais interessa, a Inglaterra. O ouro era carregado então, através do porto do Rio de Janeiro, e vejam como o fenômeno político acompanhador para o Rio de Janeiro, seguindo o ciclo que tem uma continuação geográfica, vem do Nordeste para Minas, de Salvador para o Rio, novamente o ouro é carregado como excesso de produção do Brasil para Portugal.

Mas a situação de Portugal, no Século XVIII, era ainda mais difícil do ponto de vista da sua sobrevivência econômica como Nação, do que no Século anterior, do Século XVII. Portugal dependia quase que inteiramente da Inglaterra, para se abastecer de produtos manufaturados, de tecidos, e até de produtos de consumo agrícola, que a Inglaterra trazia de suas colônias. Portugal vivia, então, na dependência financeira econômica da Inglaterra, vendendo, o seu vinho à Inglaterra e comprando quase tudo o mais. Uma nobreza parasitária, vivendo, em função do comércio colonial e dos lucros auferidos nas suas colônias.

Portugal, então, simplesmente, transfere o ouro para a Inglaterra, comprando com o ouro, que era a moeda circulante, que era a própria riqueza materializada, riqueza feita bem, feita mercadoria, transfere, simplesmente, o ouro para a Inglaterra, comprando lá tudo do que necessita.

Mais uma vez, Portugal, trampolim da Europa, mais uma vez Portugal, funcionando como intermediário de uma economia colonial, como centro desenvolvido. É o ouro brasileiro, que vai financiar a grande revolução industrial inglesa, do Século XVIII.

É o capital em ouro, acumulado nos bancos da Inglaterra, que vai financiar o desenvolvimento industrial dos teares ingleses, por exemplo, e toda a revolução industrial em função da máquina a vapor, sem o ouro brasileiro, a falta de capitais na Inglaterra do Século XVIII teria sido muito maior. Os próprios autores ingleses quando analisam a história da evolução industrial inglesa, salientam este fato de ter sido o ouro brasileiro, no Século XVIII, o grande financiador do primeiro surto do capitalismo industrial conhecido, da primeira revolução capitalista industrial inglesa.

É evidente que a Inglaterra preferiria o mais possível afastar Portugal do negócio e realmente a Inglaterra sempre teve muito interesse - vocês sabem através da história - em manter relações diretas de intercâmbio comercial com o Brasil.

Foi a Inglaterra que forçou, de certo modo, a abertura dos portos, no começo do Século XIX, e os portos abertos às nações amigas, foram abertos, na realidade, à Inglaterra, que então, já tenta uma inter-relação direta.

Foi a Inglaterra quem se apressou logo em reconhecer a independência do Brasil, no começo do Século XIX, pois significava afastar Portugal do negócio. Vejam então como ainda a gente se sente muito objeto das decisões que são tomadas um pouco à nossa revelia, como a gente está assim, ainda na posição de colonial.

Seguindo ainda o ciclo da evolução econômica, mais uma vez, a economia do café, também vai ser economia de exportação, mas a economia do café que ocupa larga faixa do Século XIX e parte do Século XX. É uma economia que tem características bem mais diferentes e bem melhores do que a economia do açúcar.

O grande fenômeno do Século XIX, do ponto de vista econômico para o Brasil, vai ser a progressiva passagem do trabalho do escravo, para o trabalho assalariado. Isso tem uma importância muito grande para a economia brasileira, porque o escravo no Século XIX começa a ser um mau negócio. A Inglaterra, com razões ditas humanitárias, começa a se interessar pela abolição da escravatura no Brasil. Na realidade o que a Inglaterra pretende é, primeiro, igualizar o custo de produção do Brasil e em suas colônias ainda não mais havia o braço escravo.

Os custos de produção, baseado no trabalho do escravo, são necessariamente mais baratos, porque os salários não entram como um dos componentes do custo. Escravo, simplesmente, não recebe salários.

Por outro lado, o escravo não tem poder de compra e a Inglaterra tinha o interesse em alafgar as suas vendas ao Brasil. O escravo era, portanto, um empecilho a esse alargamento do mercado consumidor. O escravo não compra nada, Não tem nenhum poder de decisão sobre o mercado.

Então, uma vez agora, os interesses imperialistas ingleses se identificam com os nossos, não motivados por interesses humanitários, mas por interesses comerciais, muito claro.

O que significa o salário? O salário significa dar ao trabalhador um poder de decisão sobre o mercado. Ele vai, com aquele dinheiro conseguido com o trabalho, comprar mantimentos, comprar alimentos. Isto significa um adensamento das relações econômicas. Começam a surgir vendas, começa a surgir comercialização, começam a surgir preferências. Começa a se formar o que a gente chama o mercado interno. O salário vai adensar as

relações de trocas. Vai haver compra e venda. Vai haver negócio. Vai haver mobilidade de riquezas, vai haver mobilidade de capitais. É esta a grande superioridade da economia do café também colonial, sobre a economia do açúcar.

A economia do açúcar vai concentrar simplesmente a riqueza na mão do senhor engenho, na mão do intermediário, na mão do exportador. Porque ao escravo não cabe aquela prestação em dinheiro correspondente ao seu trabalho. O escravo apenas tem direito a se alimentar e a vestir e não direito a salário.

A economia do açúcar, portanto, vai ser altamente concentradora de riquezas, ao passo que a economia do café, é em função do salário, vai ser altamente distribuidora de rendas. Gera-se, então, em função do café um mercado interno, já de certa importância, em torno de São Paulo. E é esse mercado interno que a Inglaterra, por exemplo, vai abastecer e toda uma série de produtos manufaturados e produtos de consumo alimentar, de tecidos, etc. Passa, então, São Paulo, Brasil, a exportar determinado produto, o café, e a importar todo o resto que necessita, considerando a coisa a grosso modo, porque, na realidade, vocês sabem que a indústria brasileira data dos começos do Século XIX e seria muito interessante estudar como fez, por exemplo, o Jaguá, as causas fracasso do primeiro surto industrial brasileiro, em função de Mauá. Em função do Segundo Império, quais as causas desse fracasso. Porque o Brasil não partiu para o desenvolvimento industrial no fim do Século XIX, na segunda metade do Século XIX, e só parte dos vinte últimos anos para cá. Quais as causas destes fracassos da primeira tentativa do movimento industrial do país. É uma leitura muito interessante e muito esclarecedora. A situação da economia brasileira, por exemplo, em torno de 1914, para concluir, era mais ou menos a seguinte: a de um país que tinha o desenvolvimento industrial limitado a quase exclusivamente indústria têxtil, algumas indústrias metalúrgicas muito pequenas e que compravam quase tudo fora. A mentalidade do povo era de que nada que era nacional prestava. Só o produto importante é que tinha durabilidade e que tinha condições técnicas boas. A deteriorização das relações de trocas era muito grande porque cada vez mais os produtos agrícolas se tornavam baratos, se aviltavam no preço e cada vez mais os produtos importados cresciam de preço.

Surge, porém o que se poderia chamar uma crise de comercialização. É o caso da guerra, por exemplo. Isso é apenas um exemplo que eu posso trazer como poderia trazer outros, para mostrar como acidentes históricos, ou então acidentes da política econômica brasileira beneficiaram sem que a gente soubesse disso o desenvolvimento industrial nacional.

A indústria brasileira surgiu sem que o país pensasse realmente nisso. Certos lapsos da política econômica que beneficiava por exemplo o café, que beneficiava a importação de certos produtos, vão possibilitar o desenvolvimento de uma produção interna.

A guerra, por exemplo, vai trazer esse beneficiamento. Vamos pôr as coisas em termos teóricos para entender o problema.

Vamos supor um país que comercializasse com outro, exportava matérias primas e importava produtos manufaturados. Esse país entra numa guerra e vai orientar sua economia inteiramente em função da guerra. Toda a sua produção industrial vai se voltar para armamentos, para canhões, para fuzis ou coisas semelhantes.

Sua produção industrial, portanto, não vai ter condições de abastecer seus mercados tradicionais. Por outro lado, mais do que nunca, esse país que entra em guerra na Europa vai necessitar de produtos de alimentação, de produtos de vestuários, para financiar, dar combustível ao esforço da guerra.

O que acontece então? Mantém-se esta parte de exportação de matérias primas e até ela pode se adensar. Interrompe-se ou pelo menos torna-se menor a faixa de abastecimento e produtos manufaturados. O que acontece então, com um país colonial, exportador de matérias primas, que tinha um mer-

cado interno de certa importância, que era abastecido de lá? Vai ficar com dinheiro sem poder comprar, sem ter a quem comprar.

Este capital então que está no país, que não vai comprar os produtos importados porque o país de fora, vai incentivar a indústria doméstica. Vai então pressionar os empresários nacionais para que eles dêem ao país a soma de bens que ele necessita.

Em parte a gente pode ver que a industrialização brasileira é um fruto de crise de comercialização, de distorções da política econômica.

Só recentemente, de dez anos para cá é que a industrialização do Brasil entra nas normas de uma planificação, torna-se consciente a partir de um diagnóstico da economia nacional.

Só agora então é que a gente compreende que os caminhos do desenvolvimento estão na individualização dessa economia em termos de uma economia industrial, integrada em suas várias partes, em que desapareçam os equilíbrios regionais ou pelo menos sejam corrigidos em suas disparidades maiores, em que o país possa portanto, voltar-se para dentro dêle próprio, assumir as suas decisões, tomar consciência delas e marchar realmente dentro da comunidade internacional, é verdade, mas não, em hipótese nenhuma, mas, dependendo dela, tornando-se um elemento que recebe decisões e não toma decisões.

O processo então do desenvolvimento brasileiro atual é um processo que se torna consciente, que recebe a adesão do povo, cada vez mais consciente da importância dêle e que começa então a ter poderes para se decidir para traçar os planos de uma política econômica em função de um diagnóstico da realidade exata e que portanto não tem razões para se amofinar em pessimismos, antes terá razões para afirmar a sua independência e a sua segurança em relação ao futuro.

Vejam que é impossível pegar esta evolução. O que tentei, então foi dentro dessas 3 perspectivas dar um esboço dela e despertar essa visão de conjunto que talvez vocês já tivessem e que agora acelera o seu processo de conhecimento.

+++++

Natal, 3 de abril de 1963.

CX/MMM/